

A construção cultural de um tempo: o Recife na década de 1960 e suas representações

Cecília Ribeiro

Virgínia Pontual¹

A problematização sobre a década de 1960 é feita priorizando duas dimensões: a do ambiente cultural e a da fisionomia urbana. A população do Recife continuava a crescer no mesmo ritmo da década anterior e as mazelas socioeconômicas dominavam os debates entre os intelectuais. A fisionomia urbana apresentava relativa homogeneidade espacial, em edificações baixas embora fosse evidenciada a verticalização para além do centro de negócios. Em face dessa fisionomia que enunciados eram propalados pelos intelectuais? Esta questão é tratada tomando-se o contexto cultural da cidade, marcado pela polarização de visões de mundo. A valorização da cultura e educação popular ganha força com a formalização do Movimento de Cultura Popular (MCP). Dentre os intelectuais tiveram destaque Josué de Castro e Antônio Bezerra Baltar. E a cidade do Recife como então é enunciada? O enunciado de cidade da miséria e do atraso regional próprio da década de 1950 permanece e adquire matizes políticos procedentes da tensão no contexto cultural.

A cidade das águas, dos mangues e dos mocambos

“Procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejos, pensando e sentindo como caranguejos” (Castro, 2001: 10).

A força literária dos enunciados sobre a cidade do Recife dos anos de 1960² presentes em “Homens e Caranguejos” do geógrafo Josué de Castro³ dão conta da miséria e do atraso

regional, já identificados nos anos de 1950, conferindo um outro sentido o do combate as injustiças e as desigualdades entre os homens.

A cidade não é desumana apenas pelo tráfego congestionado, pela fome e miséria, mas pela impossibilidade de sair do ciclo do caranguejo próprio ao ambiente dos mangues e alagados relativo a formação hidrográfica do Recife - entrecortada pelos rios Capibaribe e Beberibe numa mistura incerta de terra e água, que nas palavras de Castro adquire poeticidade.

“Os mangues vieram com os rios e, com os materiais por estes trazidos, foram os mangues laboriosamente construindo seu próprio solo, batendo-se em luta constante contra o mar. Vieram como se fossem tropas de ocupação e, ao contato com o mar, edificaram silenciosamente e progressivamente esta imensa baixada aluvional hoje cortada por inúmeros braços de água dos rios e densamente povoada de homens e caranguejos, seus habitantes e seus adoradores” (Castro, 2001: 12).

“No mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu. O mangue é um paraíso. Sem o côr-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as côres negras da lama (...). Dá tudo, casa e comida: mocambo e caranguejo” (Castro, 1957: 26).

O elogio de Castro ao Recife é associado ao dom dos seus rios: Capibaribe e Beberibe e que seus mangues que vieram com eles como se fossem “*tropas de ocupação*” ou “*brigadas de choque*”. Avocando a formação histórica do Recife, em “Ensaio de Geografia Urbana” narra a transformação da natureza com a entrada do colonizador, agindo através dos aterros e drenagens dos mangues e alagados para dar consistência e forma mais apropriadas à ocupação do solo.

Em 1960, o Recife não apresentava mais a forma urbana tentacular. Esta forma foi modificada nos anos de 1940, quando passou a apresentar uma figura com os tentáculos ao sul e a mancha urbana ao norte, espalhada na planície e subindo os morros. A partir da década de 1950, a mancha urbana espalhou-se em quase toda a extensão territorial da cidade, inclusive com a formação de novos bairros como Imbiribeira, Jordão e Ibura. Os

tentáculos ou avenidas não deixaram de existir, apenas os lugares ocupados dilataram-se, incorporando novas áreas para além dos terrenos lindeiros a essas vias. Se em um tempo ocorreu a ruptura da forma urbana, em outro tempo outra configuração apareceu, delineando a forma urbana do Recife na atualidade. O espraiamento da mancha urbana por todo o território da cidade provocou estranhamento nos urbanistas, cuja representação traduziu-se na cidade da miséria e do atraso regional, tematizada nas palavras de Castro como “gânglios”, pela maneira como se espalhavam pelos rios.

“Formou-se pela associação glanglionar dessas ilhas de povoamento que, amplinando-se progressivamente, provocaram a formação da massa total de construção urbana (...) com seus diferentes bairros flutuando esquecidos à flor das águas” (Castro, 1966: p. 214 e 167).

A cidade do Recife, nos anos 60, está marcada ainda pelos enunciados da metropolização e da verticalização, porém os da cidade da miséria e do atraso regional se mantêm ganhando outros contornos, mais românticos conforme interpreta Lira (1994) ao problematizar sobre os mocambos nos textos do geógrafo Josué de Castro ou mais politizado na linha da filosofia social cristã presente no Movimento de Cultura Popular (MCP)⁴.

O final da década de 1950 e princípio da de 1960 o Recife era um centro intelectual tendo presenciado grande efervescência política. Assim muitos intelectuais, em face da possibilidade de reduzir as desigualdades sociais, integraram-se em movimentos sociais na intenção de atuarem em conjunto com governos e “povo”. Além do MCP, vale fazer referências ao Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife (atual UFPE) e a Revista Estudos Universitários⁵. Para Germano Coelho (1986:10), um dos fundadores e presidente do MCP, ele foi criado para “*emancipar o povo, por meio da educação e da cultura*”. Suas palavras e as contidas nas lições do “Livro de Leitura para Adultos” indicam como para os intelectuais participantes do MCP⁶ o Recife era enunciado:

“O Movimento de Cultura Popular nasceu no Recife. Na cidade proletária. Nos mocambos dos morros, mangues e alagados. No Recife da Insurreição

Pernambucana. Do nativismo. Da abolição. Das revoluções libertárias (...) O povo sem casa vive no mocambo (...) O Recife tem muito alagado? Sim, o Recife tem muito alagado! Como é a casa do povo do alagado? A casa do povo do alagado é o mocambo”.

O álbum Meninos de Recife⁷, com desenhos de Abelardo da Hora mostrando o ambiente onde os mesmos moravam e contanto com o prefácio do então Prefeito da Cidade Miguel Arraes confirma o enunciado do Recife propalado por Castro respectivo há um tempo no qual dominava a crença no homem brasileiro e nordestino referenciado na abertura da igreja católica⁸. A convergência dos enunciados denota que a emoção, a paixão e a utopia presentes pareciam tornar possíveis as mudanças substantivas da estrutura social e política, bastava para tanto disposição para a ação e firmeza de propósitos.

Parte da área rural do Recife transformou-se em urbana ou, como era então classificado, em zona suburbana. A rapidez com que essas áreas foram tornadas urbanas tornou difícil a implantação da infra-estrutura básica, estabelecendo-se uma ocupação precária.

O crescimento demográfico na década de 1960 foi de 34,55%, bem menor que o das duas décadas anteriores. Este contingente concentrou-se em bairros com maior área disponível, recentemente ocupados e que apresentavam a maior incidência de mocambos. Dentre eles o bairro de Boa Viagem teve o maior índice de crescimento com 104,31%. Outros bairros como Tejipió, Várzea, Afogados, Casa Amarela, Beberibe e Encruzilhada também tiveram um grande acréscimo populacional. Os bairros constituintes do centro - São José, Santo Antônio e Recife - tiveram a densidade populacional decrescida.

Se pelo censo de 1913 os mocambos perfaziam um total de 16.347 prédios ou 43,3% dos prédios existentes, no de 1939 eles totalizavam 45.581, abrangendo 63,7% dos imóveis da cidade. Se em 1913 os mocambos estavam disseminados pela cidade, se em 1932, como infere Lira (1996, p. 141), a partir do exame da planta da cidade, eles não só “*cercavam a cidade como um babado*” como estavam “*enquistados em áreas mais urbanizadas*”⁹, em

1939 essa situação devia ser aterradora, já não se diferenciava a figuração da cidade da imagem do mocambo.

Em 1960, em discurso técnico estetizado era afirmado que existiam cerca de 120.000 “habitações insalubres” no Recife. Já na atualidade, as fontes não são convergentes quanto ao quantitativo de mocambos existentes no Recife. Souza (2003)¹⁰ contesta a afirmação de Cavalcanti¹¹, ao estimar que o número de mocambos do Recife seria de 100.000 unidades, em 1965. Souza afirma que *“esse número equivaleria aproximadamente a 59% do universo de moradias da cidade, o qual deveria conter então por volta de 170.000 unidades, como os resultados dos censos de 1960 a 1970 permitem estimar”*. Em que pese tais diferenças quantitativas à não diferenciação da figuração da cidade da imagem do mocambo nos idos dos anos de 1960 parece ter se aprofundado, estando eles espalhados em toda a área urbanizada inclusive nos subúrbios e no centro.

É diante desse fato que Josué de Castro ao tecer um elogio ao Recife, em suas obras “Homens e Caranguejos”, “Ensaio de Geografia Humana” e “Documentário do Nordeste”¹², afirma o enunciado da cidade das águas, dos mangues e dos mocambos.

O engenheiro Antônio Bezerra Baltar em “Diretrizes de um plano regional para o Recife” (1951)¹³ enunciou o Recife das águas e a sua forma urbana, esta teria semelhança à “tentacular” propalada por Melo (1978)¹⁴, entretanto estabeleceu uma associação com o homem, com a sua palma da mão.

“No Recife, a cidade estaria construída sobre os dedos e a palma dessa mão, representando o terreno firme e eram os vazios entre eles, formados pelos terrenos alagados e pelos cursos d’água, que constituíam separação natural, entre os agrupamentos de habitações” (Baltar, 1999: 52).

Outro enunciado de Baltar foi o da relação cidade e região, especificamente o de área metropolitana do Recife. Este enunciado passou a estar presente nos discursos técnicos, a partir de então, embora sem a eloquência poética de Castro que enunciava o Recife metropolitano como a mocambópolis.

“(...) o caráter nitidamente metropolitano da cidade, por imperativo geográfico e sociológico, centro de atração de uma vasta zona do nordeste brasileiro (...). É indispensável, portanto, considerar no planejamento da cidade futura a área metropolitana de que Recife atual é o centro indiscutível (...). A conurbação de Recife, Olinda e Jaboatão, para usar de um termo caro aos urbanistas de língua inglesa, é já um fato consumado e que começa a se estender aos outros dois municípios cuja fusão com a capital preconizamos – os de Paulista e São Lourenço” (Baltar, 1999: 141 e 147).

“A metrópole pernambucana ia virando uma mocambópolis... Lepra urbana que ameaçava recobrir toda a beleza senhorial da capital do Nordeste, toda a casta e fina nobreza dos seus antigos solares, com estes sórdidos borrões de miséria” (Castro, 2001: 106).

À medida que desenvolveu a argumentação, Baltar tornou irrefutável a sua concepção de planejamento extensivo a toda a região metropolitana, atingindo a totalidade dos problemas, em vez de focalizar, apenas, aqueles mais restritamente urbanísticos. Para tanto, propôs um roteiro de exame de uma cidade, segundo três categorias de problemas: ocupação adequada do território, número de habitantes e sua distribuição e equipamento urbano. Esse esquema consistia nos elementos componentes do *“aménagement du territoire”*, denotando a transposição de métodos e técnicas de planejamento do Movimento Economia e Humanismo.

O Recife passou a ser imaginado como o centro de uma região que era muito maior em extensão territorial, mas dominada pela cidade-centro, cuja representação foi a de metrópole regional, em contraposição aos enunciados de miséria e atraso regional. Assim na década de 1960 o enunciado de metropolização tornou-se quase obrigatório nos discursos técnicos. O Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI¹⁵, afirmava que o Recife e sua área metropolitana constituíam um centro de atração constante e acelerada para as populações da região. Na metade da década de 1960, Recife era a cidade mais densa do Brasil, com

4.654 hab/km². Os contingentes migratórios atraídos pela esperança de trabalho e melhores condições de vida chegavam ao Recife a 11.000 pessoas por ano. Na imprensa local, alguns jornalistas expressavam constantemente a polêmica em curso na cidade acerca de um outro padrão de fisionomia urbana surgido com a tendência crescente a verticalização.

“É hoje uma cidade que perde os seus sítios pitorescos, suas paisagens e até o seu ‘verde’ (os quintais e sítios desaparecem para dar lugar aos edifícios e arranha-céus)” (Maciel, Zacarias, Diário de Pernambuco).

“Inaugurou-se anteontem o novo arranha-céu da Pracinha, pois o primitivo já estava superado, começando por ter deixado a muito tempo de ser arranha-céu. Os precursores dos arranha-céus no Recife, foram os sobrados coloniais de 4, 5 e mesmo 6 andares (...). Ainda hoje lamento que essas reminiscências do primitivo Recife tenham desaparecido, sobretudo os revestidos de azulejos, material nobre, que aqui andaram mal falando a três por dois” (Z, Coisas da Cidade, Diário de Pernambuco, 24/05/1961: 2).

A fisionomia do Recife estava sendo modificada, porém não era unânime a adoção desse outro padrão, seja ao avocar a paisagem dos sítios e quintais, seja ao correlacionar a fisionomia tradicional com outra em implantação, o sobrado e o arranha céu. Era a busca de manter uma identidade que estava sendo trocada, não a da cidade das águas e dos mocambos enunciada por Castro, mas a da cidade colonial pela da cidade moderna.

A verticalização estava até então concentrada basicamente no centro antigo da cidade formado pelos bairros de Recife, Santo Antônio e São José. Esta tendência foi iniciada na década de 1930 com os Planos de Reforma do bairro de Santo Antonio nos quais estão propostas a abertura das Avenidas 10 de Novembro (atual Guararapes) e Av. Dantas Barreto. São exemplos de edifícios em altura construídos a partir dos anos de 1930: o Santo Albino (1934), o Grande Hotel (inaugurado em 1938), o do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (atual Inconfidência, 1946), o dos Correios e Telégrafos (1933-1934) e o da Secretaria da Fazenda (1940).

Nos demais bairros da cidade, mesmo no final da década de 1960, a predominância da ocupação ainda era horizontal. O centro comercial principal concentrava o maior número de edifícios altos da cidade. Outros focos de verticalização podiam ser encontrados na faixa de praia de Boa Viagem e em bairros como Espinheiro, Aflitos, Encruzilhada e Casa Amarela.

O elogio de Castro ao Recife está presente ainda ao utilizar o recurso da comparação de realidades distintas, uma da fome, a sua cidade a outra a europeia referência de emancipação cultural e social. Ao comparar igualando seus atributos culturais realiza o encanto literário do Recife. Ao utilizar como referência Amsterdã destaca as semelhanças das paisagens, mas estabelece as diferenças ao apresentar os elementos desordenados:

“Geograficamente paisagens semelhantes com ilhas, rios, pontes e canais, enquanto em Amsterdã os componentes da paisagem se apresentam geometricamente disciplinados num perfeito arranjo urbano, no Recife tudo está ostensivamente jogado numa espécie de desarranjo cósmico: os mangues invadindo as terras, as águas dos rios entrando pelos quintais das casas, as línguas de terra penetrando mar a dentro numa desordem assustadora (...)”.(Castro, 1957: 156-157).

Entretanto essa desordem desaparece quando vista do alto dos aviões, e o Recife passa a ser admirada do alto:

“Já do alto dos aviões, tôda esta desordem como que desaparece (...). Só das alturas das nuvens se descobre a impressionante unidade geográfica que existe nos amontoados de mocambos dispersos dentro dos coqueirais (...). A moda que se inicia neste momento é a das cidades capazes de seduzir os conquistadores das alturas (...)” (Castro, 1957: 156).

O enunciado da cidade do Recife na década de 1960 continua sendo o da cidade da miséria e do atraso regional, característicos da década de 1950, acrescidos dos de metrópole regional e de cidade verticalizada além de adquirir cores mais fortes com matizes políticos procedentes da tensão no contexto cultural.

¹ Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE.

² Este artigo trata do contexto cultural anterior ao golpe militar de 1964, após esta data com a quebra da legalidade política ocorreram modificações aqui não tematizadas. Sobre o golpe de 1964 em Pernambuco ver, COELHO, F. Direita Volver – O Golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Ed. Bagaço, 2004 e Na trilha do Golpe. Disponível em: <http://www.jc.com.br>.

³ O escritor Josué de Castro nasceu no Recife em 1908, formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1929 e ao voltar ao Recife dedicou-se como professor na faculdade de medicina recém-fundada. Procurou desenvolver suas pesquisas dando estatuto político e científico à fome numa época em que a industrialização e a modernização eram as questões em pauta do discurso oficial. Entre os seus principais livros está *Geografia da fome*, publicado em 1946. Presidiu o Conselho da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) de 1952 a 1956. Foi Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco no período de 1954 a 1962. Em 1964, quando era Embaixador do Brasil junto aos órgãos das Nações Unidas em Genebra, teve seus direitos políticos cassados pelo Governo Militar. Por duas vezes recebeu indicação para o prêmio Nobel da Paz. Exilado na França criou o Centro Internacional de Desenvolvimento e voltou a lecionar Geografia Humana, na Universidade de Paris, até a sua morte em 1973.

⁴ Paulo Rosas, um dos fundadores do MCP, em seu depoimento afirma: “Havia entre os intelectuais, artistas e professores que se envolveram na criação e implantação do MCP um passado marcado pelo sentimento do homem e do social (...), em contato com uma visão nova de sociedade, de educação e de cristianismo. Traziam todo o espírito de Boimondeau, Peuple et Culture, Leuret, Dumazedier, Mounier, Freinet, o clima dos ‘kibutzin’ de Israel”, In MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR - Memorial. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986, p. 22.

⁵ Segundo Luiz Costa Lima (Jornal do Comercio de 26/01/2004: 6), secretário de redação da Revista Estudos Universitários: “Durante cerca de um ano e meio antes do golpe de 1964, o Recife era um dos centros de agitação intelectual do país (...) Essa agitação tinha dois pólos contrários. A vertente conservadora tinha como ícone Gilberto Freyre” e a em oposição uma outra capitaneada por Paulo Freire.

⁶ O MCP foi criado em maio de 1960, tendo registrado seu estatuto em cartório em 19 de setembro de 1961. Sua estrutura administrativa era composta de 3 departamentos: de formação da cultura (DFC), de documentação e informação (DDI) e de difusão da cultura (DFC). Em menos de 3 anos o MCP apresentava múltiplas realizações: desde escolas para crianças, adolescentes e adultos; até centro de artes plásticas e artesanato, com cursos de tapeçaria, tecelagem, cerâmica, além de escola para motoristas-mecânicos; bibliotecas, teatro-cinema, tele-clubes e música.

⁷ O Álbum foi editado pelo MCP, impresso pela Massao Ohno de São Paulo com prefácio do então Prefeito do Município do Recife Miguel Arraes e do Presidente do MCP Germano Coelho e lançado na Galeria de Artes do Recife em 1962.

⁸ A abertura da igreja católica iniciada com a Encíclica *Mater et Magistra* (1961), *Pacem in Terris* (1963) e com Concílio Vaticano II (1965) ensejou movimentos de cristãos para a ação social.

⁹ LIRA, José Tavares Correia de. A romantização e a erradicação do mocambo, ou de como a casa popular ganha nome. Recife, década de 30. In: Espaço e Debates nº 37. São Paulo:1996.

¹⁰ Souza, Alberto. Do mocambo à favela – Recife, 1920-1990. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

¹¹ Cavalcanti, Daniel Uchoa. Alagados, mocambos e Mocambeiros. Recife: IJNPS/Imprensa Universitária, 1965, p.49.

¹² Ver CASTRO, Josué de. “Documentário do Nordeste”. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1957; “Ensaio de geografia humana”. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1966. 4ª edição; “Homens e caranguejos”. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001 e Josué de Castro, disponível em: <http://www.josuedecastro.com.br/pot/frame.html>.

¹³ Baltar, Antônio B. Diretrizes de um plano regional para o Recife. 2ª ed. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 1999.

¹⁴ MELO, Mário Lacerda de. Metropolização e subdesenvolvimento. O caso do Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1978.

¹⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. Plano de Desenvolvimento Local Integrado – Estudo Preliminar. Recife, 1970.